
FATORES SECULARES NO ESTABELECIMENTO DA COMPANHIA DE JESUS NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO E SUA CRISE INSTITUCIONAL

SECULAR FACTORS IN THE ESTABLISHMENT OF THE SOCIETY OF JESUS IN RIO DE JANEIRO CAPITANIA CRISIS AND ITS INSTITUTIONAL

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2015.2.20153>

Ronaldo Teixeira do Couto
Mestre – Universidade Salgado de Oliveira
E-Mail: rtcouto1952@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem por objetivos verificar as circunstâncias nas quais a Companhia de Jesus, especificamente o colégio do Rio de Janeiro, integrou-se na hierarquia social colonial e transformou a incorporação de bens e riquezas num elemento significativo em sua logística, bem como, apresentar e discutir os principais acontecimentos pretéritos que conduziram a supressão da Ordem no século XVIII, investigando as prováveis causas desse acontecimento. A nuance da pesquisa foi bibliográfica e descritiva, concluindo que não houve uma causa definida que pudesse ser apontada como foco principal, mas sim, um conjunto de fatores econômicos, ideológicos e políticos que levaram a essa circunstância.

Palavras-chave: hierarquia social colonial, supressão oficial e crise institucional.

ABSTRACT: This article aims to verify the circumstances in which the Society of Jesus, specifically the college of Rio de Janeiro, was integrated into the colonial social hierarchy and become the embodiment of wealth and riches in a significant element in its logistics, as well as present and discuss the main past tenses events leading to suppression of the Order in the eighteenth century, investigating the probable causes of this event. The nuance of the research was descriptive and literature, concluding that there was a definite cause could be identified as the main focus, but rather a set of economic, ideological and political circumstances that led to this.

Keywords: colonial social hierarchy, official suppression and institutional crisis.

RELAÇÕES COM A NOBREZA DA TERRA

Este tópico busca discutir o envolvimento dos primeiros jesuítas e seus sucessores que missionaram no Rio de Janeiro, com os marcantes acontecimentos da conquista do espaço geográfico colonial, especificamente, na Guanabara, ocorridos no século XVI e a reconquista de Luanda no século seguinte, que acentuaram, além de outros fatos, as relações dos inicianos com o poder político local, em particular com a dinastia dos Sá.

Para compreender essa questão, torna-se oportuno resgatar alguns pontos dos primórdios da Companhia de Jesus. No mesmo ano de sua fundação em 1539¹ o rei de Portugal

¹ A ratificação ocorreu em 1540 pelo Papa Paulo III na bula *Regimini militantis ecclesiae*.

d. João III, após tomar conhecimento de sua estruturação, determinou que D. Pedro Mascarenhas, embaixador de Portugal em Roma, ratificasse as informações sobre “certos clérigos letrados e homens de boa vida, os quais por serviços de Deus tinham prometido pobreza, e somente viverem pelas esmolas dos fieis cristãos a que andam pregando por onde quer que vão e fazem muito fruto” (LEITE, 1956, p. 103).

Em consequência, no ano seguinte o monarca determinou que Mascarenhas convidasse representantes da Ordem a Portugal. O embaixador solicitou a presença de quatro jesuítas mas, Inácio de Loyola só mandou dois. Após esse encontro, Simão Rodrigues foi designado para Provincial em Portugal e Francisco Xavier embarcou para o Oriente em abril de 1541. Na América portuguesa, a Companhia de Jesus iniciou suas atividades em 1549, ao mesmo tempo que já haviam transcorridos cinco anos do Concílio de Trento. Quando o governador Tomé de Souza veio para o Brasil com a missão de instalar o governo geral com vistas a iniciar um novo direcionamento da política econômica e administrativa portuguesa, trouxe com ele o primeiro grupo de jesuítas, considerando que esse projeto incluiu na colonização a cristianização. Assim, os primeiros jesuítas chegaram a Salvador, nas pessoas dos padres Manoel da Nóbrega, João de Azpilcueta Navarro, Leonardo Nunes, António Pires, e os irmãos Diogo Jácome e Vicente Rodrigues. Algum tempo depois, iniciaram a organização dos aldeamentos e missões, inclusive com a inauguração dos primeiros colégios em São Paulo de Piratininga em 1554, em Salvador em 1556 seguido do Rio de Janeiro em 1567. Uma segunda leva de quatro religiosos desembarcou no Brasil em 1550. Três anos após, ao mesmo tempo que a terceira leva de padres chegou, foi criada a Província Brasileira da Companhia de Jesus e Nóbrega foi nomeado seu primeiro provincial, fazendo de São Vicente o núcleo do esforço missionário, sendo substituído por Luis de Grã em 1560.

QUADRO 1 – Integrantes das primeiras missões jesuíticas no Brasil – século XVI

Data	Religiosos	Comitiva
29/03/1549	Manoel da Nóbrega João de Azpilcueta Navarro Leonardo Nunes António Pires Diogo Jácome (I) Vicente Rodrigues (I)	Primeiro Governador Geral Tomé de Souza
?/01/1550	Affonso Braz Manoel de Paiva Francisco Pires Salvador Rodrigues	Armada de Simão da Gama de Andrade. Nesta leva de jesuítas também vieram sete órfãos de Lisboa
13/07/1553	Luiz da Grã Ambrosio Pires	Segundo Governador Geral Duarte da Costa

	Braz Lourenço João Gonçalves (I) Antonio Blasquez (I) Gregório Serrão (I) José de Anchieta (I)	
8/12/1559	João de Mello João Dicio Jorge Rodrigues (I) Ruy Pereira (I) José (I) Vicente Mestre (I) Crasto (I)	Segundo bispo d. Pedro Leitão
??/1560	Luis Rodrigues (I) António Gonçalves (I)	--
??/1562	Francisco Viegas Scipião (I)	--
??/1563	Quirino Caxa Balthazar Alvares (I) Sebastião de Pina (I) Luis Carvalho (I)	--
24/08/1566	Balthazar Fernandes Amaro Gonçalves Antonio da Rocha Pedro Dias (I) Estevam Fernandes (I)	Padre visitador Ignácio de Azevedo

FONTE: Adaptado de Navarro (*et al* 1988, p. 47-73). A letra “I”, entre parênteses, indica a condição de Irmão e os nomes sem referência são padres já ordenados na Europa.

Especificamente na capitania do Rio de Janeiro, um acontecimento foi marcante para o envolvimento da Ordem na conquista da Guanabara. O padre jesuíta Luís da Grã, logo após sua chegada em 1553, destacou-se ao minimizar os frequentes combates entre os índios tamoios, “reunidos numa espécie de liga [que os permitiu] controlar um imenso território que se estende do Espírito Santo até o planalto de Piratininga [e os temiminós,] implantados na ilha dos Maracajás (Gato selvagem) atual ilha do Governador” (ENDERS, 2009, p. 27) no Rio de Janeiro, solicitando ao donatário do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho terras para abrigar os temiminós. Nesse propósito, esse grupo foi conduzido integralmente para aquela localidade onde fundaram dois aldeamentos: um do próprio Gato selvagem e outro para Arariboia, sob a administração do padre jesuíta Brás Lourenço (BELCHIOR, 1965, p. 55). Os temiminós ou índios do Gato teriam sido, segundo Serafim Leite, “protagonistas da primeira catequese no Rio de Janeiro” (ALMEIDA, 2003, p. 63). Com a dificuldade geográfica do distanciamento entre São Vicente e a Guanabara, em 1555, os franceses invadiram a região sob o comando de Villegaignon e seu sobrinho Bois-le-Comte com ajuda dos índios tamoios.

Após o afastamento dos temiminós da região conflituosa, inclusive com a tensão provocada pela invasão francesa na Guanabara e sua aliança com os tamoios, transcorreram cinco anos de infrutífera negociação entre Portugal e França, sendo que em 1560 uma esquadra

sob a liderança do governador-geral do Brasil, Mem de Sá, com ajuda de alguns jesuítas, com destaque para o padre Anchieta e o líder temiminó Araribóia, expulsaram os franceses e tamoios, apontando para o limiar de uma dinâmica social de relações entre elementos diferenciados, nesse caso entre “populações indígenas em suas relações de aliança e conflito com os europeus, a partir de seus próprios interesses e objetivos, que se alteravam no decorrer do processo histórico” (ALMEIDA, 2003, p. 46). Considerando que esse primeiro embate não foi efetivo e os franceses retornaram à Guanabara, a Coroa portuguesa decidiu então ocupar de modo definitivo a região fundando uma cidade e nesse propósito enviou Estácio de Sá que com ajuda de reforços da Bahia, Espírito Santo e São Vicente desembarcou na Guanabara em 1565 com uma frota composta dos “jesuítas Anchieta e Gonçalo de Oliveira, portugueses, mestiços e índios temiminós, tupiniquins e, sem dúvida, alguns tupinambás (da Bahia e do Rio de Janeiro), goitacazes do Espírito Santo e, possivelmente, muito outros não citados, que se misturavam nas aldeias jesuíticas” (ALMEIDA, 2003, p. 71).

Os franceses foram expulsos da Guanabara só permanecendo em Cabo Frio até 1615, quando foram definitivamente afastados da região pelo governador Constantino Menelau, com 400 índios de Sepetiba e portugueses voluntários, o que levou também as invasões estrangeiras, naquele litoral, serem mais esporádicas (ALMEIDA, 2003, p. 85).

Essa primeira “guerra de conquista”, em domínios portugueses do Novo Mundo, iniciada em 1560, demonstrou o significativo envolvimento da Ordem jesuíta nesse acontecimento, considerando a efetiva participação dos índios e jesuítas, esses últimos na condição de intermediários.

Ter pelo menos parte dos índios ao seu lado foi um elemento indispensável ao projeto de colonização portuguesa. A experiência demonstrou que após os primeiros contatos, as relações entre os índios e os portugueses estavam encontrando alguns percalços, fosse por questões mais amplas como o próprio conflito intertribal, típico da dinâmica social tupi, ou fosse por questões pontuais.

Nota-se que não se tratou de apenas resolver os conflitos entre europeus e indígenas, pois esses também se enfrentaram em combates locais, como foi o caso entre temiminós e tamoios. Até aqui, as fontes não permitem inferir se o padre jesuíta Luís da Grã interferiu na proteção dos temiminós para possivelmente empregá-los como uma força potencial contra grupos rivais ou efetivamente pensou em minimizar um conflito tribal e após essa ação cristianizar os temiminós, mas, por uma ou outra razão, essa iniciativa foi significativa na

conquista da Guanabara. As disputas pelo território entre os grupos europeus “foram também percebidas pelos índios, que se posicionavam em relação a elas buscando alianças que satisfizessem seus interesses e, nesse processo, polarizaram suas próprias hostilidades” (ALMEIDA, 2003, p. 56). Essa situação ficou mais abrangente quando após resolvido, ou pelo menos sob relativo controle, o domínio do Rio de Janeiro com relação aos franceses, a ameaça continuou por parte dos tamoios. Essa situação estimulou os padres Nóbrega e Anchieta, em abril de 1563, a uma empreitada em Iperoig, atual Ubatuba em São Paulo, com a intenção de tentar estabelecer uma aliança com os tamoios daquela região, o que muito destacou a atuação desses missionários porque em consequência “os tamoios de Iperoig mantinham as pazes e moravam muitos deles entre os portugueses, e com sua flecha os defendiam de alguns inimigos” (ALMEIDA, 2003, p. 70). Essa perigosa embaixada no território inimigo, na qual José de Anchieta permaneceu como refém por quatro meses, conseguiu uma importante trégua que facultou aos portugueses recomporem suas forças (ENDERS, 2009, p. 31).

O empenho desses primeiros missionários jesuítas, quanto ao processo de ocupação do espaço colonial, conduziu a consequências importantes levando-se em conta os seguintes episódios: logo após sua chegada, no final dos anos 1550, “entre o sul da Bahia e o Rio de Janeiro, os índios hostis davam combate incessante aos portugueses. Mem de Sá enfrentou-os violentamente e com a ajuda dos jesuítas conseguiu dominar a situação no espaço de cerca de dez anos” (ALMEIDA, 2003, p. 60-61); instalação da aldeia de Nossa Senhora da Conceição no Espírito Santo, desde 1555, mantendo a defesa da região contra a pirataria francesa e índios hostis e se constituindo uma força de guerra reserva; conversão de parte dos tamoios conseguindo quebrar a aliança entre os seus diferentes grupos; e, ampla participação no ataque à fortaleza francesa no Rio de Janeiro permitindo a expulsão dos franceses da Guanabara e o extermínio dos tamoios em diferentes momentos a partir de 1560.

Após dezesseis anos de sua chegada na América portuguesa e importantes participações junto às lideranças locais do Rio de Janeiro, a Companhia de Jesus recebeu de Estácio de Sá, por solicitação do padre jesuíta Gonçalo de Oliveira a sua primeira sesmaria na capitania, em 1º de julho de 1565

como recompensa pelos serviços prestados na organização dos índios nos combates, no atendimento dos feridos, na prestação de socorro espiritual e na obtenção dos acordos militares com alguns líderes indígenas. Na sesmaria dos jesuítas, chamada de Iguassú, [que atualmente engloba os bairros de Andaraí, Engenho Velho, Engenho Novo, Catumbi, Inhaúma, São Cristóvão e Tijuca

sendo] estabelecidos o Engenho Velho, o Engenho Novo e a fazenda de São Cristóvão (AMANTINO *In*: PAIVA *et al*, 2011, p. 141).

Iniciaram no Rio de Janeiro, um dos papéis que lhes fora conferido na empresa colonial: integrar os índios, função tão importante, que lhes garantiu situações privilegiadas na capitania, incluindo uma significativa parcela de poder político e econômico adquirido e mantido até sua expulsão no século XVIII (ALMEIDA, 2003, p. 71-72), reafirmando, ao lado de outros segmentos a qualidade similar de “conquistadores”.

A administração espiritual e temporal dos padres jesuítas teve patente interesse na política de ocupação do Rio de Janeiro através da implantação dos quatro principais aldeamentos que foram: de São Lourenço (no atual município de Niterói), considerado o primeiro da capitania; de São Barnabé (no atual município de Cachoeiras de Macacu) com terras concedidas por despacho do governador Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1578; de São Pedro, em Cabo Frio fundado em 1617, após ofensiva do governador do Rio de Janeiro, Constantino Menelau e iniciado com c.500 índios conduzidos pelos jesuítas do aldeamento do Espírito Santo; e, de São Francisco Xavier de Itinga (no atual município de Itaguaí) nas terras da fazenda jesuíta de Santa Cruz. A importância dos aldeamentos no Rio de Janeiro e conseqüentemente dos jesuítas se ampliou quando esses elementos tiveram franca participação na defesa e ocupação de áreas mais distantes, “como foi o caso da guerra contra os holandeses e da ocupação da região sul sobretudo da Colônia do Sacramento” (ALMEIDA, 2003, p. 109).

Transcorridos pouco mais de 70 anos após a conquista da Guanabara um outro acontecimento apontou para o prestígio que os jesuítas tinham junto ao governador do Rio de Janeiro. A bula *Commissum nobis*, do papa Urbano VIII de 1639, ratificando a mesma questão abordada pelo papa Paulo III em 1537, quanto à redução de índios à escravidão na república do Paraguai proibiu a escravização dos índios e também obrigou os colonos a entregarem os índios já escravizados às aldeias jesuítas. Ocorreu que em 20 de maio de 1640, durante a missa, na igreja ao lado do colégio no morro do Castelo, o documento foi lido para os fieis presentes. Os moradores se revoltam e “a multidão dirigiu-se para o colégio dos jesuítas, arrombando as portas, que estavam fechadas, e invadindo em tumulto o edificio aos brados de “mata, mata, bota fora, bota fora da terra, Padres da Companhia”” (BOXER, 1973, p. 145). O governador,

Salvador Correia de Sá [e Benevides] intervém a tempo para salvar os padres do linchamento. No dia seguinte, uma reunião entre as diferentes partes acalma momentaneamente os ânimos. Argúcias jurídicas permitem suspender o breve pontifício que continua a planar como uma ameaça sobre os proprietários de escravos índios. A raiva resmunga em torno do morro do

Castelo. Um mês depois os jesuítas são obrigados a voltar atrás em suas decisões e a declarar lícita a escravidão de todos os índios que servem os colonos do Rio de Janeiro, tanto nas residências quanto nos campos. Além disso, comprometem-se a devolver aos respectivos senhores os escravos que tentarem refugiar-se nas missões (ENDERS, 2009, p. 47).

Apesar dos jesuítas do Rio de Janeiro voltarem atrás nesse episódio, a franca intervenção pessoal do governador Salvador Correia de Sá e Benevides, levando em conta a pressão exercida pela câmara e os moradores do Rio de Janeiro que tinham interesse na escravidão dos índios, percebeu-se a forte ligação dos padres com o governante local. Mesmo assim, no Rio de Janeiro permaneceram como principais responsáveis pelos assuntos indígenas até sua expulsão” (ALMEIDA, 2003, p. 116).

Especificamente no Rio de Janeiro, em meados do século XVII, a questão da escravidão de índios, ocorreu diferentemente de outras vilas e capitanias levando em conta que “a dependência dos colonos fluminenses em relação aos ameríndios durou até a segunda metade do século XVI, quando os primeiros negros foram transportados da África” (CAETANO, 2009, p. 103). Contudo a forte dependência de mão de obra escrava africana e os desdobramentos negativos com a perda do tráfico Atlântico, levando em conta que os holandeses conquistaram Angola, comprometeram o governador Salvador Correia de Sá e Benevides iniciar, em 1643, seu grande projeto de reconquistar a região. Foram empregadas 11 naus e quatro patachos e “a expedição foi financiada na altura de 70% dos gastos por fundos coletados junto aos negreiros e fazendeiros fluminenses” (ALENCASTRO, 2000, p. 234) em algo próximo de 60 mil cruzados (BOXER, 1973, p. 267-271), visando o “restabelecimento do tráfico negreiro e de um fornecimento regular de mão de obra senão exclusivamente para as plantações locais, ao menos em grande parte para a revitalização do comércio com o Prata” (BICALHO, 1998, p. 17). Angola e os territórios a ela incorporados, de modo direto ou indireto, foi “transformada na maior base territorial de que Portugal dispunha no Continente Negro [...] um dos pontos altos do restabelecimento do Império ultramarino português” (ALENCASTRO, 2000, p. 298).

Nesse acontecimento, a condição de conquistador, atribuída a governantes locais, se reforçou quando isso era feito “às custas de suas vidas e fazendas e não tanto à do rei, fenômeno que podia traduzir-se em mercês régias para estes leais súditos” (FRAGOSO, 2003, p. 13) cujo esforço material não foi pequeno. Há indicações que “nos currais dos Sá e dos jesuítas, abateu-se o gado para o mantimento dos expedicionários” (ALENCASTRO, 2000, p. 233). A importância dessa discussão se amplia à medida que os jesuítas do colégio do Rio de Janeiro têm diligente participação no sucesso dessa investida, na medida em que o padre jesuíta Joam

de Almeida, confessor particular de Salvador de Sá, enquanto celebrava a missa no colégio do Rio de Janeiro conclamou os expedicionários a rumar para Luanda, numa espécie de profecia ou revelação de Deus. Da mesma forma o padre Simão de Vasconcelos, reitor do colégio do Rio de Janeiro, dando amplitude a tal revelação mística não hesitou em declarar que “a invasão de Angola não se decidira no Rio de Janeiro nem em Lisboa, mas no céu” (ALENCASTRO, 2000, p. 232; 267-269).

A participação jesuíta nesta saga não foi apenas no plano profético. Os padres António do Couto, Gonçalo João e Felipe Franco estão entre os expedicionários de 1648. A escolha dos três inacianos não foi aleatória ou sem um propósito além da missionação. Filho de mãe negra, António do Couto teve seu nascimento em São Salvador do Congo sendo nomeado, após a vitória representante português naquela localidade; o padre Gonçalo João missionou “quase 40 anos na África Central, [sendo] considerado pelo Conselho Ultramarino como o maior especialista na região” e autor da célebre frase, “sem Angola não há Brasil” e o padre Felipe Franco, refugiado no Rio de Janeiro, havia sido reitor do colégio de Luanda, cargo que reassumiu após a reconquista (ALENCASTRO, 2000, p. 270).

No lugar comum dessa euforia o padre António Vieira fundamenta a reconquista afirmando que o “Brasil vive e se sustenta de Angola, podendo-se com muita razão dizer que o Brasil tem o corpo na América e a alma na África” (VIEIRA, 1992). Continuando sua percepção, assemelhou a expedição às cruzadas medievais, atribuindo a mesma um caráter sagrado e profético. Unindo o mundo natural, com suas necessidades e interesses materiais à dimensão espiritual, ratificou o pensamento dos padres jesuítas, Gonçalo João e Joam de Almeida.

No que diz respeito aos jesuítas, embora tenham chegado ao Nordeste e iniciado suas atividades também em São Vicente, Maranhão e Grão Pará, no Rio de Janeiro sua participação nos eventos descritos levaram os inacianos a um reconhecimento diferenciado no trato com a política, que no contexto colonial tem seu significado ampliado para além “da política urbana ou da política administrativa para as questões que dizem respeito ao exercício da dominação” (LARA, 2007, p. 36).

Não restam dúvidas que a importância dos acontecimentos iniciados em 1560 na Guanabara e em 1648, no principal porto do tráfico Atlântico no litoral Centro Oeste africano, não só para a capitania com também para os interesses econômicos da Coroa, tendo a franca participação dos padres jesuítas, nas dimensões religiosa, material e pessoal, foram

fundamentais em estreitar e fortalecer ainda mais os vínculos que uniram os jesuítas, que atuaram no Rio de Janeiro, aos primeiros governantes que integraram a oligarquia da família Sá. Todos esses acontecimentos mostram os significativos laços que uniram os jesuítas e a oligarquia dos Sá na sociedade colonial da capitania do Rio de Janeiro como resultante da força nas alianças entre facções de elites regionais com alguns interesses comuns ou pela troca de favores. Essa “nobreza principal da terra” (FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO, 2007, p. 44) se sustentaria nas ações bem sucedidas nas guerras de conquista e também numa economia que não se furtou apenas a atender a tradicional relação entre a oferta e a procura, mas também, pelas possibilidades de acúmulo de riquezas, à margem da produção e do comércio, ou seja, nas relações políticas que davam acesso privilegiado às oportunidades na capitania, o que João Fragoso denomina de “economia do bem comum” (FRAGOSO, 2003, p. 16).

Nesse viés, principalmente no Rio de Janeiro colonial, pertencer a uma família de conquistadores ou Ordem religiosa, no caso específico, a Companhia de Jesus, foi estar integrado numa importante parcela hierarquizada da sociedade, em especial uma dinastia de governantes, que aglutinou os mais variados segmentos sociais locais e regionais num mesmo propósito. Levando em consideração que a economia colonial no Rio de Janeiro não se estruturou apenas na condição da posse e propriedade de terras e cativos, mas, também em uma hierarquia social excludente, na qual, a economia estava subordinada à dimensão política, pertencer a esse quadro, muito ampliava os interesses dos envolvidos, embora também definisse inimigos (FRAGOSO, 2003, p. 16). Nessa particularidade, a Companhia de Jesus, especificamente na capitania do Rio de Janeiro, ao se empenhar em participar ativamente dessa “economia do bem comum”, muito se locupletou em suas atividades de natureza secular sob a ótica das dimensões de conquistadores e de integrantes da oligarquia dos Sá.

DINÂMICA NA INCORPORAÇÃO DE BENS E RIQUEZAS

A presença dos jesuítas na América portuguesa, a partir do século XVI, no que diz respeito ao sustento financeiro de suas atividades, passou por transformações que ultrapassaram a dependência de “esmolas” de fieis, o aforamento de terras e pastagens, as trocas e alienação de terras, a dotação régia e as isenções tributárias. Da terra os jesuítas tiraram todo proveito possível acompanhando as tendências de cada época, através de benfeitorias transformadas em aluguel, pecuária, plantações de cana se desdobrando em açúcar e aguardente, verduras, frutas, hortaliças e ervas na produção de boticas e especiarias (KEITH; EDWARDS, 1970, p. 37),

extração de conchas e ostras, madeira para utilização como lenha, construção de móveis, imóveis e embarcações de pequeno e médio porte, produção de telhas, tijolos e cal, além da pesca de peixes e baleias, empréstimos a juros e cobrança por serviços prestados (AMANTINO, 2008, p. 336).

Com relação ao estabelecimento, de forma mais estável, do apoio material e financeiro da Coroa portuguesa, em 1550 o rei expediu ordem ao almoxarife dos armazéns para que fizesse chegar às mãos do padre Manoel da Nóbrega, para sustento dos seis religiosos que integraram a primeira leva de jesuítas ao Brasil, (Cf. quadro 1) “dois mil e quatrocentos reis, por quintal e vinte e cinco arrateis e quarta de ferro, a dois mil reis quintal”, o que representou a parcela de 400 reis para cada religioso ao mês (ASSUNÇÃO, 2004, p. 152). O monarca renovou seu apoio aos jesuítas, que já contavam com dez religiosos, de acordo com o quadro citado, ordenando que fossem pagos “cinquenta e sei mil reis em dinheiro, para a vestimenta de dez padres [...] seis alqueires de farinha pela medida da terra, e doze canadas de vinagre e seis canadas de azeite pela medida do Reino” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 152).

Tomé de Souza, na qualidade de governador geral, até a intercessão da Coroa se mostrar mais efetiva, na medida do possível, cooperou com o apoio material necessário quando, por exemplo, ordenou que fosse dado, em 1552, aos dez padres e irmãos “um cruzado em ferro (ferramentas) cada mês para a manutenção de cada um, e cinco mil e seiscentos reis para vestir cada ano” (NOBREGA, 1931, p. 131). Aos poucos, o apoio régio foi realizado de duas formas: por meio dos alvarás de mantimentos e da dotação financeira.

Mantendo a tradição de apoio do governo local, iniciado por Tomé de Souza, Mem de Sá determinou que além dos benefícios anteriores, fosse entregue aos padres do colégio do Rio de Janeiro mais cinco mil reis por ano e doze cruzados em ferro (NAVARRO *et al*, 1988, p. 54) fato que precedeu a instituição da redízima, ou 10% de todos os dízimos, com a provisão real de d. Sebastião em 1564, ao dotar até 60 religiosos, a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 1565. Com o passar de alguns anos, “os jesuítas conseguiram que o rei transformasse a dotação da redízima numa dotação anual de 20\$000 para cada religioso, o que totalizaria 1:200\$00 anuais para o colégio da Bahia e 1:000\$000 anuais para o do Rio de Janeiro” (ABREU, 2010, v.1, p. 265).

Completando o ciclo de ajuda régia a Coroa edita a licença real de 28 de novembro de 1558, autorizando os jesuítas a resgatar escravos no Brasil e os isenta do pagamento de tributos sobre produtos que circulavam nos portos da alfândega entre a América portuguesa, as ilhas

Atlânticas e a metrópole, permitindo esse privilégio tanto nos produtos de sua conveniência que vinham como também naqueles que saíam do Brasil.

Com as primeiras posses de terras, outro recurso utilizado pelos padres foram os aforamentos. Em 1565 o colégio do Rio de Janeiro recebeu sua primeira sesmaria conhecida como “terras do Iguaçu”, em posição privilegiada do termo da cidade, por solicitação do padre jesuíta Gonçalo de Oliveira para estabelecer o sustento daqueles religiosos, e seis anos após, a título de “esmola”, recebeu de doação particular a sesmaria de Macacu de d. Miguel de Moura, por ele recebida em 1567 (ABREU, 2010, v.1, p. 220; 276). Em 1589 a viúva Marquesa Ferreira faz a doação de metade de sua herança (“terras de Goaratiba e Guarapiranga”) ao colégio jesuíta que ampliou sua extensão até atingir 10 léguas quadradas (ABREU, 2010, v.1, p. 278-280), extensão que atualmente, compreende o bairro de Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro, e partes dos municípios de Barra do Piraí, Itaguaí, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Piraí, Rio Claro, Vassouras e Volta Redonda (ENGEMANN, 2008, p. 62).

Em outras palavras, o colégio do Rio de Janeiro, embora fosse proprietário de grandes extensões de terra não tinha os recursos necessários para delas extrair vantagens financeiras à nível de produção própria que permitisse sua manutenção e crescimento. Diante desse dilema, da falta de confiança e inconstância da redízima para sustentar suas atividades, várias solicitações foram encaminhadas à Europa até que o papa Gregório XIII, em 1576 autorizou os aforamentos.

Assim, no final do século XVI, já era notável a extensão de terras que pertencia ao colégio do Rio de Janeiro. Na sesmaria do Iguaçu construíram a fazenda de São Cristóvão no bairro atual de mesma toponímia, às margens da baía de Guanabara. Pela proximidade com o Rio de Janeiro a fazenda tornou-se um complexo agrícola e manufatureiro com produção de frutas e legumes, extração de madeira das matas e calcários das praias e manguezais para a produção de cal, telhas, tijolos e artigos de ferro (AMANTINO *In*: PAIVA *et al*, 2011, p. 144-148). Com a imperiosa necessidade do transporte dessa produção foram, possivelmente, responsáveis pelos primeiros caminhos, primórdios da malha urbana, interligando a “cidade nova” com as áreas limítrofes (CAVALCANTE, 2004, p. 27-29). Na sesmaria de Macacu, quando finalmente os tamoios foram eliminados, os jesuítas promoveram as trocas, alienações e compras das terras adequadas, construindo a fazenda que ficou conhecida como “do colégio” e depois “de Papucaia”, vingando mais o cultivo da mandioca, sendo a principal responsável pelo

fornecimento do abastecimento dessa farinha ao colégio e parte das tropas que guarneciam a cidade (ABREU, 2010, v.1, p. 276-278). Nas terras de Goaratiba construíram a imponente fazenda de Santa Cruz.

A partir daí, os jesuítas passaram a tirar maior proveito de suas sesmarias, via de regra, aforando ou alienando suas partes com menor potencialidade agrícola e, quando foi vantajoso, ampliando as terras originais através de novas aquisições como foi o caso da fazenda de Santa Cruz. Fica evidente que os primeiros anos do estabelecimento da Companhia de Jesus no Brasil foram árduos do ponto de vista material, mas, os contornos foram muito bem conduzidos. No século XVII outro recurso empregado, na busca de recursos financeiros, foram as alienações de terras dos aldeamentos, cujo exemplo foi a sesmaria de Guapiaçu, recebida pelos temiminós em 1578 e parte das terras do aldeamento de São Lourenço (ABREU, v.1, 2010, p. 198).

Outra prática foi o empréstimo a juros com dinheiro que pertencia aos aldeamentos, como aquele que o colégio fez ao capitão Gonçalo de Muros, em 1659, na quantia de 564\$421, pertencente aos índios de São Barnabé (ABREU, 2010, v.1, p. 197).

Ainda fora do termo da cidade, mas, no sentido oposto, por meio de doações, aquisições e permutas, nos séculos seguintes, os jesuítas implantaram as fazendas de Campos dos Goitacazes, Santo Inácio dos Campos Novos, no interior da sesmaria de São Pedro de Cabo Frio doada aos índios em 1617 (LANNES *In*: CARVALHO, 1991, p. 198), e Sant'Anna de Macaé, que em regra, serviram, em seu início para engorda e descanso do gado procedente da fazenda de Campos dos Goitacazes, mais extrema à Norte, com destino ao Rio de Janeiro. A seguir, nas três fazendas foram construídos engenhos, alguma produção de mandioca e extração de madeira, com destaque para a fazenda de Campos dos Goitacazes que tornou-se a principal unidade na produção de açúcar. Essas últimas três fazendas comentadas têm sua importância não apenas sob o ponto de vista dos benefícios econômicos para o colégio do Rio de Janeiro, como também, no processo de ocupação do litoral Norte da capitania.

Estabelecida na banda d'Além, atual município de Niterói, a fazenda Saco de São Francisco Xavier tem sua origem na doação dos descendentes do capitão Mateus Antunes, após 1659. Foi a única fazenda jesuíta que não possuía vida autônoma. Serviu como dependência e para fornecer madeira, como combustível, à cozinha do colégio do Rio de Janeiro (LANNES *In*: CARVALHO, 1991, p. 197).

Dessa forma, quase concomitante e atentos às oportunidades que o espaço colonial apresentou, os reitores do colégio do Rio de Janeiro e os feitores das unidades produtivas,

investiram na implantação e desenvolvimento de atividades diferenciadas, visando expandir sua receita. Assim, além daquelas já enumeradas, promoveram a venda de produtos da farmacopeia em sua botica, existente no colégio, firmaram contratos de aluguel de imóveis e administraram, nas instalações recebidas por testamento de Vicente de Aristondo, enterrado na igreja do colégio com a encomenda de que fossem rezadas missas pela sua alma, a pesca da baleia (ABREU, 2010, v.2, p. 376-378).²

Não restam dúvidas de que a força dos jesuítas no Rio de Janeiro teve como base os aspectos missionário, com a conversão e administração dos índios, o político, em função da ativa participação nas conquistas, e o econômico com a incorporação e diversificação de riquezas. Nos primeiros anos de suas atividades o sucesso no plano missionário com os indígenas lhes facultou ampliar seu poder político que por sua vez alavancou o seu desenvolvimento econômico. Em meados do século XVII o controle e administração dos índios perdeu sua importância contextual, com a acirrada reação da população no evento de 1640 e com a gradativa incorporação do escravo africano, além disso, após a chamada revolta da cachaça, iniciada em 1659, os interesses dos inacianos cariocas foram fortemente afetados, à medida que foi afastado, do cenário local, seu aliado político mais importante: a hegemonia da governança dos Sá. A partir daí, o aspecto econômico se transformou num elemento central de sua manutenção cujo empreendimento, desenvolveu-se na primeira metade do século XVIII até sua extinção.

A SUPRESSÃO OFICIAL

O panorama do desenvolvimento patrimonial do colégio jesuíta do Rio de Janeiro, poucos anos antes de seu afastamento dos domínios portugueses é pertinente à medida que aponta para um sintoma significativo. A título de ilustração, em 1757 o colégio era proprietário de 35.013 cabeças de gado, sendo 29.141 bovinos, 5.780 equinos e 92 ovinos³ e a população escrava, espalhada pelas suas unidades produtoras, oscilou entre 2.337 e 2.505 almas, entre os anos de 1743 e 1759, respectivamente, com a ressalva de que o total de 1759 não contabilizou

² Maurício de Abreu (2010, v.2, p. 376-377) aponta a “ilha das baleias” na banda d’Além, junto ao aldeamento de São Lourenço, no atual município de Niterói, mais tarde, conhecido como Ponta da Armação, Armação de São Domingos ou Ponta d’Areia, como o local onde teria funcionado o estabelecimento que retalhava as baleias, pescadas na baía de Guanabara, e produzia o “azeite de peixe” ou óleo usado na iluminação de residências e engenhos, como insumo para saboarias, curtumes, construção civil e calafetagem de embarcações.

³ *Catalogus Archivum Romano Socitates Iesu* (ARSI), Brasiliae 6-I/II (1701-1757).

os escravos das fazendas de Sant' Anna de Macaé e de Campos dos Goitacazes, cujos inventários, relativos ao período do sequestro de bens ainda são desconhecidos. Para fins de comparação, essas fazendas contavam com 60 e 820 escravos em 1743 (AMANTINO, 2011).

Com todas essas circunstâncias e possivelmente também por causa delas, após 233 anos de sua instituição o Papa Clemente XIV extinguiu a Companhia de Jesus e para melhor compreender essa decisão, alguns acontecimentos pretéritos merecem lembrança.

O período pombalino, que durou de 1750 a 1777, tem sua origem na carreira de Sebastião José de Carvalho e Melo nomeado Conde de Oeiras em 1759, mais conhecido como Marquês de Pombal, título incorporado em 1770. Durante sua carreira de diplomata na Inglaterra, em 1745 foi enviado em missão especial à corte de Viena, período em que sua esposa veio a falecer, casando-se com uma filha do marechal de campo Daun. Antes da morte de D. João V retornou a Lisboa. A amizade de sua atual esposa austríaca com a rainha de Portugal da mesma nacionalidade, facilitou seu acesso ao herdeiro do trono D. José, que ao suceder seu pai, em 1750, nomeou “Carvalho”⁴ secretário de Estado da Guerra e dos Assuntos Estrangeiros. Nos cinco primeiros anos de sua administração enfrentou um importante desafio: o terremoto que arrasou significativa parte de Lisboa em novembro de 1755. No seu severo mandato, o Marquês de Pombal realizou importantes obras, tais como, revigorou indústrias regionais e companhias comerciais que tinham a proteção real, entre elas, duas companhias para monopolizar o comércio da região amazônica (Maranhão-Pará) e nordestina brasileira (Pernambuco-Paraíba); aboliu a escravatura em Portugal; reformou o currículo da Universidade de Coimbra, modernizando o ensino do direito, da matemática e da medicina; e acabou com a distinção legal e social entre cristãos-velhos e cristãos-novos, promulgando as mais severas leis contra o anti-semitismo (BOXER, 1969, p. 183-191).

Existe a possibilidade de que a aversão do Marquês de Pombal à Ordem dos jesuítas poderia ter iniciado com a implantação de um “projeto de secularização da política, sob a forma de uma razão de estado que colocava os assuntos das monarquias católicas acima dos interesses da Santa Sé” (VAINFAS, 2000, p. 378), reduzindo a influência desse poder. Outra hipótese é reforçada sobre a série de denúncias apresentadas, pelo seu meio-irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando governou o estado do Maranhão-Pará, contra os abusos praticados pela Companhia de Jesus e se agravado com o desgaste do envio de “tropas coloniais portuguesas e espanholas, em conjunto, [...] para suprimirem os guaranis convertidos das

⁴ Foi assim que o padre jesuíta José Caeiro (1936) se dirigiu ao Marquês de Pombal em vários pontos de sua obra.

missões jesuítas do Paraguai” (BOXER, 1969, p. 185-186). Esse significativo conflito, entre tropas ibéricas contra os índios guaranis, que durou de 1754 a 1756, foi uma trágica consequência do Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750, por Portugal e Espanha delineando as possessões platinas, destinando a Colônia do Santíssimo Sacramento, no Rio da Prata, atual Uruguai, à Espanha enquanto Portugal ficaria com a localidade dos Sete Povos das Missões, atual Rio Grande do Sul, ocupada por aldeamentos administrados por padres jesuítas espanhóis.⁵ “O tratado reconhecia ainda o domínio português da região do Amazonas, Maranhão e Mato Grosso” (ASSUNÇÃO, 2003, p. 33-35). A importância desse acordo reside ainda no fim do confronto entre tropas portuguesas e espanholas que durante muito tempo disputaram a região. Além disso, a região daquelas missões foi considerada zona de comércio de contrabandistas britânicos levando as autoridades lusitanas a interpretação de que havia uma conspiração unindo jesuítas e ingleses (BICALHO, 2003, p. 86).

A possibilidade de outras questões também se fazem presentes como a referente a isenções alfandegárias e da “cooptação da força guerreira nativa [na qual] os aldeamentos litorâneos já estavam, em grande parte, esvaziados dessa função militar” (BRANDÃO, 2009, p. 49).

Por derradeiro, pesou sobre a Ordem a séria acusação de participação na conspiração de tentativa de assassinato do monarca ocorrida em setembro de 1758, nas pessoas dos padres jesuítas Gabriel Malagrida, João de Matos e João Alexandre (ASSUNÇÃO, 2004, p. 42). Tudo indica que o atentado regicida foi arquitetado “por alguns membros da família aristocrata dos Távoras, que se ofenderam profundamente com a ligação notória que D. José mantinha com a jovem e linda marquesa do mesmo nome [esposa de Luís Bernardo de Távora]” (BOXER, 1969, p. 186).

A expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias, através da Lei de 3 de setembro de 1759, foi o prelúdio da expulsão da Ordem na França em 1764, na Espanha em 1767 e, finalmente, sua supressão em 21 de julho de 1773 pelo Papa Clemente XIV através da bula *Dominus ac Redemptor*.

O rei afirmava, no início do documento, que

⁵ O trabalho dos padres jesuítas iniciou em 1626 onde foram implantadas as aldeias de São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1707). Os missionários catequizaram os índios, ensinando-os a ler e a escrever, além de ensinarem ofícios diversos. Após o final da guerra as missões estavam quase totalmente destruídas. Atualmente restam as ruínas da missão de São Miguel com a fachada da igreja e a torre do sino (ASSUNÇÃO, 2003, p. 34).

desde o processo para o estabelecimento do Tratado de Limites de 1750, estava tentando, por clemência, mas em vão, fazer com que os jesuítas deixassem o “temerário e façanhoso projeto” de “usurpação de todo o Estado do Brasil”. Segundo o documento, se não fosse feito nada para frear os jesuítas, em dez anos seria impossível impedir o enorme poderio da ordem. O monarca já teria tentado duas atitudes nesse sentido. A primeira foi a solicitação da reforma da ordem, acatada pelo Papa Benedito XIV. A segunda foi a retirada do poder temporal que os mesmos tinham nas aldeias brasileiras, ou seja, a Lei do Diretório dos Índios, de 1757. O objetivo do monarca era que os religiosos ficassem “livres da contagiosa corrupção”, com a qual “os tinha contaminado a hidrópica sede dos governos profanos, das aquisições de terras e estados e dos interesses mercantis, servissem a Deus e aproveitassem ao Próximo como bons e verdadeiros religiosos e Ministros da Igreja de Deus”. Entretanto, o rei não alcançou o que queria e se via, segundo o documento, obrigado a declarar os religiosos como “corrompidos [...] deploravelmente alienados de seu santo instituto, [...] tão abomináveis, tão inveterados e tão incorrigíveis vícios [...] rebeldes, traidores, adversários e agressores [...] contra a minha Real pessoa e estados, contra a paz pública dos meus reinos e domínios e contra o bem comum dos meus fiéis (sic) vassalos” (AMANTINO; ENGEMANN, 2013, p. 31-32).⁶

A rigor, a Companhia de Jesus, na América portuguesa, amargou outros episódios da mesma espécie, de forma mais regionalizada, como foi sua expulsão da cidade de São Paulo, em 1640 e do Maranhão e Grão-Pará em duas oportunidades (1661 e 1684), sendo que, nesses casos, saíram mais fortalecidos na sua influência e prestígio junto à Corte e aliados locais, embora tenham aumentado a tensão com seus adversários.

Embora a citação a seguir, do padre jesuíta Francesco Sacchini em tom de desabafo, seja de meados do século XVI, a mesma ilustra a “efervescência” pela qual a Companhia de Jesus, como importante componente da instituição religiosa, se encontrava na sociedade européia.

El que esté dispuesto a no dejar consignado sino lo bueno, que no llame a su libro Historia, sino Historia Selecta. [...] Querer persuadir al mundo de que nunca el aliento del escándalo rozó a nuestra Compañia sería [...] extravagancia de la vanidad, visto que hubo escándalos hasta entre los apóstoles y los primeros diáconos. [...] Toda historia, sagrada o profana, es una crónica de la imperfección, así que cómo vamos a pretender que la nuestra fuese diferente? (DICKENS; TONKIN *apud* WRIGHT, 2005, p. 55).

Da mesma forma, o trecho do prefácio à obra *Negócios jesuíticos* de Paulo de Assunção, assinado por Mary Del Priore sintetiza o peso e dramaticidade do derradeiro acontecimento que foi a suspensão das atividades da Ordem:

⁶ Lei de 3 de setembro de 1759. Disponível em: “<http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt>”. Acesso em: 2 mar. 2015.

O decreto de morte da Companhia de Jesus assinado por quatro monarcas católicos e um papa é um dos episódios mais desconcertantes do século da Luzes. Foi num fatídico 21 de julho de 1773, dois séculos e trinta e três anos após sua instituição solene pelo papa Paulo III, que outro papa, Clemente XIV, pressionado e coagido por quatro soberanos piedosos, reinantes em Lisboa, Paris, Madri e Nápoles, extingue a Sociedade de Jesus (ASSUNÇÃO, 2004, p. 14).

Um fato que ampliou ainda mais o desgaste físico e moral pelo qual passaram os jesuítas, quando de sua expulsão dos domínios portugueses, foi a crença geral, desenvolvida no imaginário coletivo, de que os padres mantinham escondidas “grandes riquezas de ouro e prata [em] criptas subterrâneas e em cofres de ferro” (BOXER, 1969, p. 313). Essa questão teria levado, nas várias ações dos desembargadores nos colégios, a uma busca por possíveis fortunas escondidas. Não teria sido por outro motivo que o túmulo do padre jesuíta Francisco Xavier, enterrado no templo da casa professa em Goa, foi, em 16 de março de 1760, aberto por ordem do vice-rei, sendo apenas encontrado “senão as vestes sagradas, que revestiam o corpo, as quais eram tecidas de oiro, e mais exatamente recobertas do que semeadas de diamantes rubis e toda a sorte de pedrarias” (CAEIRO, 1936, p. 815).

Com relação a prisão e condução à Europa para que os padres fossem submetidos ao respectivo processo judicial, no caso do colégio fluminense se concentraram mais 16 religiosos vindos da Bahia, 11 de Santos, 17 do Espírito Santo, 23 de São Paulo e cinco de Paranaguá, totalizando 199 membros ligados à Ordem que ficaram nesse estabelecimento sob custódia enquanto aguardavam seu transporte para o exílio na Europa, o que ocorreu no dia 14 de março de 1760 a bordo da nau Nossa Senhora do Livramento e São José (AMANTINO, 2009, p. 171). Sendo correto o relato do padre jesuíta José Caeiro de que 55 religiosos optaram por sua voluntária demissão da Ordem, nesse episódio, o total de membros da Companhia de Jesus inicialmente presos no colégio do Rio de Janeiro seria de 254 religiosos (1936).

TABELA 1 – Jesuítas presos no colégio do Rio de Janeiro – 1759/60

PROCEDÊNCIA	CHEGADA AO COLÉGIO	QUANTIDADE
No colégio	3 nov. 1759	97
Engenho Velho	3 nov. 1759	3
Engenho Novo	4 nov. 1759	3
Fazenda São Cristovão	4 nov. 1759	4
Fazenda de Campos Novos	4 nov., 7 dez. 1759	4
Fazenda de Santa Cruz	6, 9, 11 nov. 1759	6
Fazenda de Macacu	11 nov. 1759	2
Fazenda de Macaé	15 dez. 1759	2

Fazenda de Campos dos Goitacazes	1 jan. 1760	2
Aldeamento de Taguai (Itaguaí)	30 nov. 1759	2
TOTAL		127

FONTE: Adaptado de Amantino (2009, p. 171).

Comenta o padre jesuíta José Caeiro, que após a prisão dos religiosos e durante o interrogatório, pelo qual todos passaram, os membros da Ordem eram incitados a solicitarem sua demissão da Companhia de Jesus, sob a ameaça de que aqueles que recusassem enfrentariam o desterro e a possibilidade de condenação. Essa oportunidade teria sido aceita por vários religiosos, fato já comentado, onde “pediram ao Bispo as cartas demissionárias e deixaram a Companhia cinquenta e cinco ao todo, dos quais quinze eram sacerdotes, vinte e três estudantes e treze coadjutores” (CAEIRO, 1936, p. 281). Ao que tudo indica, houve uma insistência nesse sentido por que logo após fundarem em Lisboa, os jesuítas desterrados do Rio de Janeiro, foram novamente admoestados que mesmo aos padres professos de quatro votos, a despeito da Lei, seria permitido a liberdade em deixar a Ordem. Nesse episódio, segundo o padre José Caeiro, três professos do colégio baiano, um de Pernambuco e um fluminense aceitaram essa chance (1936, p. 301-303).

Entre a expulsão da “Sociedade chamada de Jesus”, como passou a ser chamada pela Coroa, em 1759, e a sua extinção em 1773, ocorreram tentativas da liderança inaciana, junto à Roma, em retornar a Portugal, como por exemplo a bula do Papa Clemente XIII, de 10 de julho de 1766. Apesar desse esforço, a expulsão em 1759 foi ratificada por Lisboa com a Lei de 28 de agosto de 1767, não reconhecendo a aplicação daquela deliberação papal nos domínios portugueses, inclusive definindo punições para súditos que tivessem qualquer tipo de vínculo com membros da Companhia de Jesus. Esse posicionamento, por certo, influenciou a mesma decisão dos soberanos católicos em Paris, Madri e Nápoles nos anos seguintes.

Toda a potencialidade da Ordem foi amortecida para, aos poucos, ressurgir. A Ordem foi restabelecida em 1814, pelo Papa Pio VII, através da bula *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*, mas a sua reaparição não segue o mesmo ritmo em diferentes países da Europa, ressonando a turbulência política do século XIX. Sofre novas supressões, como foi o caso na Espanha país em que a Ordem retornou em 1815 e tem suas atividades suspensas novamente em 1820. Em Portugal regressaram em 1829, foram exilados na revolução de 1834, regressaram em 1858, para novamente, em 1910 serem expulsos do país. No Brasil, retornaram em 1841 onde reestruturaram suas missões, obras sociais, ministérios religiosos e colégios que, aos poucos se transformaram em universidades espalhadas por todo país.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. v. 1; v. 2. Rio de Janeiro: Andréa Jakobson Estúdio Editorial, 2010
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003
- AMANTINO, Márcia. A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens. *R.IHGB* n. 443, abr./jun. 2009
- _____. Exposição do padre Antonio Vaz Pereira acerca da degradação dos índios do aldeamento de São Lourenço e de São Pedro: queixas contra os padres José dos Reis e Manoel de Andrade da Companhia de Jesus, 1757. *R.IHGB*, n. 437, out./dez. 2008
- _____. A fazenda jesuítica de São Cristovão: espaços de sociabilidades cativas e mestiças – Rio de Janeiro, século XVII. In: PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia; IVO, Isnara Pereira. (orgs.). *Escravidão, mestiçagens, ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011
- _____; ENGEMANN, Carlos (orgs.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a perola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013
- _____. *Os jesuítas e seus bens na capitania do Rio de Janeiro: século XVIII* In: Seminário-A Companhia de Jesus na América: pesquisas e contrastes. PUC RJ, 4 nov. 2011
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EdUSP, 2004
- _____. *Os jesuítas no Brasil colonial*. São Paulo: Atual, 2003
- BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- _____. A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do Atlântico-Sul: séculos XVII e XVIII. *Revista de História Regional*. n. 3(2). Inverno 1998. Disponível em: “<http://www.revistas.uepg.br>”. Acesso em: 3 mar. 2015
- BOXER, Charles R.. *O império colonial português (1415-1825)*. Tradução Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1969
- _____. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. Tradução Olivério de Oliveira Pinto. São Paulo: Editora Nacional; Edusp, 1973
- BRANDÃO, Renato Pereira. A Companhia, Gusmão e Pombal: do Tratado de Madri à expulsão do Império. *R.IHGB*, Rio de Janeiro. n. 443, abr./jun., 2009
- CAEIRO, José. *Jesuítas do Brasil e da Índia: na perseguição do Marquês de Pombal (século XVIII)*. Bahia: Academia Brasileira de Letras, 1936
- CAETANO, Antonio Filipe Pereira. *Entre drogas e cachaça: a política colonial e as tensões na América portuguesa (1640-1710)*. Maceió: EdUFAL, 2009

- CAVALCANTE, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade, da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004
- ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Tradução Joana Angélica d'Ávila Melo. 2. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009
- ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008
- FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo*. Rio de Janeiro. n. 15, 2003
- _____; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- KEITH, Henry H. e EDWARDS, S. F. (orgs.). *Conflito e continuidade na sociedade brasileira: ensaios*. Tradução José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970
- LANNES, Claudia Maria Corrêa. As igrejas jesuíticas fluminenses. In: CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de (org.). *A forma e a imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial*. Rio de Janeiro: PUC RJ, 1991
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1956
- _____. *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965
- NAVARRO, Azpilcueta et. al. *Cartas avulsas 1550-1568*. São Paulo: EdUSP, 1988
- NOBREGA, Manuel de. *Cartas do Brasil (1549-1560)*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000
- VIEIRA, Antonio. *História do futuro*. Lisboa: [s.ed.], 1992.
- WRIGHT, Jonathan. *Los jesuitas: una historia de los "soldados de Dios"*. Tradução José Antonio Bravo. Buenos Aires: Debate, 2005

ARTIGO ENVIADO: 24/03/2015
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 21/08/2015